

# XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano  
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO  
Araraquara-SP - Brasil

---

MANEJO FLORESTAL, VALORIZAÇÃO DA FLORESTA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

**Ana Luiza Violato Espada** (Universidade Federal do Pará) - [analu.espada@gmail.com](mailto:analu.espada@gmail.com)  
*Engenheira florestal, mestrando em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, NUMA-UFPA.*

**Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho** (Universidade Federal do Pará) - [mariovasc@ufpa.br](mailto:mariovasc@ufpa.br)  
*Professor Doutor da Universidade Federal do Pará e Universidade da Amazônia, Brasil.*

# **Manejo Florestal, Valorização da Floresta e Desenvolvimento Comunitário**

## **Resumo**

Manejo florestal é uma das opções mais concretas para valorizar florestas em pé e gerar trabalho e renda a partir da comercialização de seus produtos. Em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o manejo florestal comunitário é política pública, mas de difícil implementação pelos órgãos públicos devido limitações de orçamento e efetivo humano. Como resposta, parcerias podem ser importantes instrumentos para a efetivação de atividades produtivas sustentáveis em florestas públicas da Amazônia. O objetivo deste trabalho é compreender como as parcerias podem contribuir para a promoção do manejo florestal e desenvolvimento comunitário. Estudou-se o caso de uma cooperativa que realiza o manejo florestal na Floresta Nacional do Tapajós, oeste paraense. Os resultados revelam que a atuação de parceiros proporcionou a concepção de um modelo de gestão comunitária dos recursos florestais que garantem a valorização da floresta, ao fazer o uso múltiplo da mesma e o desenvolvimento comunitário, ao gerar renda.

## **Uso da floresta para conservação ambiental e desenvolvimento comunitário**

Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável são instrumentos de conservação ambiental e geração de trabalho e renda. Entretanto, ações predatórias como degradação florestal e desmatamento são causas de insegurança para a manutenção e integridade dessas áreas (FONSECA et al., 2015; VERÍSSIMO et al., 2011). Uma forma de coibir a ação predatória é fazendo o uso racional dos recursos naturais (GUARIGUATA, 2013), que pode ser feito por meio do manejo florestal sustentável (BRASIL, 2006).

As comunidades locais, reconhecidas e respeitadas quanto a seus direitos costumários de uso dos recursos naturais, podem realizar o manejo florestal como meio de reprodução social, cultural e econômica (BRASIL, 2009). Em florestas públicas destinadas para uso coletivo, o governo busca promover o manejo florestal comunitário (MFC) como alternativa de uso dos recursos florestais, conservação ambiental e geração de renda (BRASIL, 2009).

O desafio relaciona-se, dentre outros fatores, em como implementar o MFC considerando as limitações do orçamento e do quantitativo de servidores públicos para atender

demandas da administração de grandes áreas destinadas, como UCs na Amazônia<sup>1</sup> (VERÍSSIMO et al., 2011).

Vasconcellos e Vasconcellos (2008) apontam a parceria como ação coletiva essencial para a efetividade de políticas públicas e de implementação de modelos de desenvolvimento sustentável. Considera-se parceria a relação entre duas ou mais partes interessadas em unir recursos (humanos, financeiros, outros) para alcançar objetivos comuns (MCQUAID, 2000), mesmo quando esses objetivos estejam alicerçados em interesses individuais, mas que dependem do coletivo para serem atingidos (ABRAMOVAY, 2000). A parceria promove um conjunto de ações de diversos atores sociais interessados tanto na conservação da floresta quanto na melhoria das condições de vida das comunidades locais.

A Floresta Nacional (Flona) do Tapajós é um exemplo de como governo e sociedade civil organizada promovem, juntos, a gestão desta UC possibilitando a conservação da floresta e o uso econômico e racional de seus recursos. A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas entre 2014 e 2015, foi possível analisar como as parcerias, enquanto mecanismo da ação coletiva entre diversos atores da sociedade, potencializam a implementação do MFC em florestas públicas.

Na Flona do Tapajós, a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona), formada por 212 moradores locais, realiza o manejo da floresta há quase 10 anos. Anualmente são gerados, aproximadamente, 4 milhões de reais (ANDRADE et al., 2004; ESPADA, 2013) e todas as famílias (~5.000 pessoas), além dos cooperados, são beneficiadas com essa atividade por meio de fundos estatutários criados a partir de amplo debate envolvendo moradores locais, órgão gestor desta floresta pública e instituições governamentais e não governamentais parceiras.

Na fase de estruturação da cooperativa, o apoio de parcerias, como Serviço Florestal Brasileiro e Instituto Internacional de Educação do Brasil, com capacitações e amplos debates promoveu as bases para a concepção da gestão social e financeira da Coomflona, valorizando a floresta em pé e permitindo o desenvolvimento comunitário.

Foram criados fundos estatutários (Quadro 1) que trazem benefícios ao negócio florestal, com o Fundo de Investimento que permitiu a verticalização do manejo florestal com a produção de móveis de madeira; e às famílias que residem na Flona, com o Fundo de

---

<sup>1</sup> Veríssimo et al. (2011), estimaram que cada funcionário é responsável, em média, por 1.871,7 km<sup>2</sup> de UC estadual na Amazônia Legal. Sendo que essa relação é maior para as UCs de Uso Sustentável, tendo um funcionário a cada 4.032,8 km<sup>2</sup>.

Apoio Comunitário destinado a novas atividades econômicas, como apoio à estruturação da produção e beneficiamento de óleos vegetais e borracha natural, que são comercializados em uma loja da própria cooperativa.

Quadro 1 - Distribuição dos benefícios financeiros do manejo florestal realizado pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.

Fundos estatutários	%	Breve descrição dos fundos
Fundo de Investimento	45	Capital de giro
Fundo dos Cooperados	20	Para cooperados, inclui plano de saúde e pode ser reintegrado ao patrimônio, após decisão em assembleia.
Fundo de Apoio Comunitário	15	Destinado a novas atividades econômicas e pode ser acessado pelas comunidades mediante projeto de interesse coletivo.
Fundo Reserva	10	Poupança.
Fundo de Saúde	5	Para todas comunidades, utilizado para melhorar as condições de acesso à saúde e bem-estar.
Reserva de Assistência Técnica e Educacional e Social	5	Fundo para capacitação, treinamento e formação de profissionais relacionados ao manejo florestal.

Fonte: elaborado pela autora a partir de entrevistas e acesso a documentos da Coomflona.

O manejo florestal comunitário é uma das opções mais concretas para valorizar as florestas e gerar riquezas a partir da comercialização de seus produtos (LENTINI et al., 2012; ZARIN, 2005). O exemplo da Coomflona revela que existem meios de inovar na gestão dos recursos naturais aliando geração de renda, investimentos em negócios sustentáveis e desenvolvimento comunitário.

[...] de uma forma muito simplista, nós temos 750 famílias na Flona do Tapajós e a maioria não necessariamente vive de forma sustentável, alguns vivem de forma sustentável, outros não. Entendemos que a função da gestão pública, do Instituto Chico Mendes, da Flona do Tapajós, [é] trazer aqueles que não trabalham em atividades sustentáveis para atividades sustentáveis. A Coomflona é o meio para fazer, um dos principais meios para fazer isso e o sucesso da Coomflona tá extremamente correlacionado a isso. Quando a Coomflona tem sucesso, a gente diminui o número de famílias que vivem de atividades não sustentáveis, e a diminuição [...] também tem uma associação, uma correlação fortíssima, com a degradação da área, [é] inversamente proporcional. Quanto mais gente deixa de trabalhar com atividade destruidora, menos destruição, essa relação a gente vê na prática (Informação verbal)<sup>2</sup>.

Os mecanismos para o avanço na gestão da Coomflona se deram em função das parcerias formadas entre cooperativa e instituições governamentais e não governamentais que auxiliaram a gestão social e financeira da cooperativa, proporcionando o desenvolvimento comunitário a partir da geração de trabalho e renda e a valorização da floresta, ao manejá-la de forma sustentável, gerando riquezas e benefícios sociais, além de garantir a integridade de suas funções ecológicas e ambientais.

## Referências

<sup>2</sup> Representante do ICMBio. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, fev. 2015.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun., 2000.

ANDRADE, Dárlison Fernandes Carvalho et al. Manejo florestal comunitário como estratégia de gestão e melhoria da qualidade de vida da população tradicional da Floresta Nacional do Tapajós. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS, 3, 2014. Viçosa, Minas Gerais. **Anais...** Viçosa: UFV, 2014. p. 1-11.

BRASIL. Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, dentre outros. Brasília, DF: 02 mar. 2006. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm)>. Acesso em: 25 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.874, de 5 de junho de 2009. Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências. Brasília, DF: 5 jun. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6874.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6874.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2013.

ESPADA, Ana Luiza Violato. Contribuição da governança ambiental no desenvolvimento local: exemplo de uma cooperativa de manejo florestal comunitário. In: IV Colóquio Organizações, Desenvolvimento & Sustentabilidade, 4, 2013, Belém. **Resumos...** Belém: Unama, 2013. p. 294-308.

FONSECA, Antônio, SOUZA Jr., Carlos; VERÍSSIMO, Adalberto. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (março de 2015) SAD (p. 10). Belém: Imazon, 2015. Disponível em: <<http://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-marco-de-2015-sad/>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

GUARIGUATA Manuel. Avances y perspectivas del manejo forestal para uso múltiple en el trópico húmedo. In: GUARIGUATA, M. (Ed.). **Avances y perspectivas del manejo forestal para uso múltiple en el trópico húmedo**. CIFOR: Bogor, 2013, p. 1-7.

LENTINI, Marco; AMORIM, Paulo; ESPADA, Ana Luiza Violato. O manejo florestal para a produção de madeira em unidades de conservação. In: Fundo Vale (Org.). **Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012, p. 133-137.

MCQUAID, Ronald William. The theory of Partnership: why have partnerships? In: OSBORNE, S. P. (Ed.). **Public-Private Partnerships: Theory and Practice in International Perspective**. Routledge: London, 2000, p. 9-35.

SFB. SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Gestão de Florestas Públicas: Relatório 2014. Brasília: SFB, 2015. Disponível em: <>. Acesso em 13 abr. 2015.

VASCONCELLOS, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria Albuquerque. Ação Coletiva, Parceria e Empoderamento. In: TYEISSERENC, P. et al. (Org.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA. 2008, p. 207-230.

VERÍSSIMO, Adalberto et al. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios** Belém/São Paulo: Imazon e ISA. 2011.

ZARIN, Daniel. Florestas produtivas neotropicais: conceitos e realidades. In: ZARIN, D. J., et al. (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005.